

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (SETEMBRO/2006 a AGOSTO/2007)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	634.598	113	634.711
Pessoal Ativo	419.964	61	420.025
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	8.993		8.993
Demais Despesas com Pessoal Ativo	410.971	61	411.032
Pessoal Inativo e Pensionistas	214.634	52	214.686
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	155.504	0	155.504
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	9.558		9.558
Despesas de Exercícios Anteriores	395		395
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	145.551		145.551
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	479.094	113	479.207
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,132123%	0,000031%	0,132154%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,239136%		867.138
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,227179%		823.781

FONTE: SIAFI e SECOF/TRT 4ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total do item "Pessoal Ativo", estão computados R\$ 4.802 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 4.191 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual do RGF – 6ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 7.419 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.